



A invisibilidade negra no Jornal Nacional: uma questão que ultrapassa a tela da TV

Ariane Suene Santos Longa¹
Mary Weinstein²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)

Resumo: Este trabalho investiga como a população negra é tratada no Jornal Nacional, telejornal da Rede Globo que vai ao ar de segunda-feira a sábado alcançando em média 30,2 pontos de audiência domiciliar (KANTAR, 2018). Buscou-se saber sobre a representação do negro a partir do número de suas aparições nas edições, considerando-se a importância da condição de visibilidade/invisibilidade e da construção da imagem que se faz a partir desta participação. Apesar de metade da população brasileira não se considerar racista (MUNANGA, 2012), o que iremos notar a partir desta pesquisa, é que o preconceito de raça no Brasil existe, é velado e permanece silencioso. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo aplicada às 25 edições veiculadas em junho de 2019, nas quais foram constatadas que 91,81% dos jornalistas são brancos e que 16,84% das fontes são negras. Nossos dados são sobre a presença/ausência de pessoas negras no telejornal de maior audiência no país.

Palavras-chave: Representatividade negra; discriminação racial; racismo; telejornalismo; Jornal Nacional.

1. Introdução

A população negra sofre preconceito, racismo e intolerância desde que foi trazida da África para o Brasil como escrava. Esta realidade tem reflexos em diversos campos, inclusive no telejornalismo contemporâneo, em que a maioria dos jornalistas e fontes é branca. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), 50,7% da população brasileira se autodeclara negra ou parda. Dada à desproporção de representação em diversos setores, se sentir

¹ Estudante do III semestre do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e bolsista do Programa de Iniciação Científica (Uesb). Email: arianelonga@gmail.com.

² Orientadora. Doutora em Cultura e Sociedade pela Ufba, coordenadora do projeto de pesquisa Jornalismo e Educação e suas Associações Precisas, professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Uesb e do PPGMuseu da Ufba. Email: maryweinstein@gmail.com

integrado, mesmo que o país seja considerado altamente miscigenado, torna-se um desafio para os que têm pele negra.

Esta parcela da população aparece menos na TV, ou seja, esta etnia não é satisfatoriamente ou igualmente representada neste meio de comunicação que compõe a esfera pública. A partir da constatação sobre esta condição de invisibilidade dos negros na televisão, surge a necessidade de focarmos a problematização em torno do telejornal mais assistido e comentado. Com que frequência pessoas negras aparecem no Jornal Nacional?

O objetivo deste artigo é, portanto, investigar sobre a representação de pessoas negras no Jornal Nacional. Vamos constatar que, comparada à presença do branco, a do negro, no referido telejornal, é menor, praticamente inexistente e desqualificadora em sua rotina, e que, quando acontece, é de forma pontual e com motivações negativas. Para chegarmos a este resultado, realizamos uma pesquisa quantitativa, na qual foram analisadas as 25 edições do JN veiculadas em junho de 2019. A ausência do negro e a sua invisibilidade nesse programa jornalístico foi constatada: apenas 8,19% dos jornalistas eram negros e das fontes somente 16,84%.

Além de dá sustentação teórica para fundamentar a nossa análise sobre o jornalismo, incluímos uma breve revisão histórica do negro no Brasil, visando contextualizar a opressão e a violência que perseguem esse povo. Desnecessário pontuarmos sobre a importância do estudo sobre esse tema em pleno século XXI. Encontramos histórias e casos de um racismo que foi velado na sociedade brasileira, o qual entendemos de forma mais abrangente, ao voltarmos na história.

2. Breve histórico sobre o preconceito contra o negro no Brasil

Para entendermos o cenário da população negra nos telejornais, é preciso conhecer e entender a sua história e a influência que a escravidão teve e ainda tem na vida de pessoas negras e na sociedade como um todo.

A história da escravização negra teve início ainda no continente africano. Segundo Mattos (2007, p. 65), as principais formas de escravização na África se davam por meio de “guerras de expansão dos estados africanos, disputas políticas, fome, penas por crime e dívidas e sequestros”. É importante ressaltar que a forma como acontecia a escravidão na África

difere da forma adotada no Brasil, onde o objetivo da mão-de-obra escrava era garantir a produção em grande escala e gerar capital para as metrópoles (MATTOS, 2007).

Os negros eram capturados em seus países e trazidos à força para uma terra onde seriam vendidos e trabalhariam de uma forma injusta e cruel. Mattos (2007, p. 100-101) mostra como eram as viagens para o Brasil: “[...] porões superlotados de africanos, que se apertavam para conseguir dormir durante meses sobre o chão duro. Eles passavam quase todo o tempo acorrentados [...]”. Muitos morriam durante a travessia e alguns se jogavam ao mar, pois preferiam morrer a viver naquelas condições.

Quando os navios aportavam em terras brasileiras, os escravos eram levados em pequenas embarcações até a alfândega para ser feita uma listagem com os dados sobre o carregamento. Daí eram levados para os estabelecimentos comerciais, nos quais eram vendidos (MATTOS, 2007, p. 101)

Havia também uma separação estratégica de famílias e grupos. Como falavam diferentes línguas, eles não poderiam se comunicar e provocar uma rebelião. A escravização dos negros não foi questionada, pelo contrário, ela foi aceita e incentivada. Existia uma justificativa cristã para a escravidão:

Uma das justificativas para a escravização do negro foi a “salvação” da sua alma. Argumentavam os escravagistas, entre outras coisas, que desenraizar o africano de seu continente era um bem que se fazia a eles pois, assim, livre do “paganismo”, das “práticas antropofágicas”, da “idolatria”, etc., ele encontraria a salvação espiritual através do cristianismo, numa pátria nova onde deveria esquecer todos os vínculos passados. Então, antes de embarcar no navio negreiro, os cativos eram, em geral, batizados à força, numa cerimônia rápida e superficial [...] Logo que eram comprados, recebiam um nome cristão e, a partir desse momento, eram submetidos a um processo de despersonalização, de perda de identidade (LOPES, 2008, p. 55-56).

A crueldade cometida durante os séculos de escravidão não estava presente somente de forma física, mas também no âmbito social e religioso.

Durante todo o período de escravidão brasileira, povos de diferentes etnias fugiam em busca de liberdade e melhores condições de vida. Sobre isso Pinsky (2000, p. 86) diz que “é importante perceber que a fuga não era, em si, a libertação do negro, uma vez que, em geral, ele não tinha para onde ir. Sua cor de pele logo o denunciava – o negro era escravo até prova em contrário”. Entre as fugas, existiam aquelas que o objetivo era tentar reivindicar algum direito; já a mais comum era quando eles fugiam à procura de outros grupos ou quilombos.

O número de quilombos era grande, porém o mais famoso era situado na serra da Barriga, antiga capitania de Pernambuco e se chamava Quilombo dos Palmares. Dividido em vários mocambos, Palmares abrigava cerca de 20 mil escravos e era uma resistência difícil de se

penetrar. “Palmares, por exemplo, foi um verdadeiro estado dentro do estado, com relações econômicas estáveis, estrutura socioeconômica estabelecida e contatos comerciais com vilas próximas, em pleno século XVII e com duração total de 67 anos, segundo se crê” (PINSKY, 2000, p. 85).

Zumbi foi o líder que mais se destacou no Quilombo de Palmares. Ele foi responsável por várias vitórias contra os portugueses e donos de fazendas. Cuidou e deu abrigo a milhares de escravos fugitivos, fazendo de Palmares uma fortaleza. Contudo, em 1694, o quilombo de Palmares foi destruído “por uma expedição comandada pelo paulista Domingos Jorge Velho, causando a morte de duzentos quilombolas e a venda de outros quinhentos capturados para outras capitanias” (MATTOS, 2007, p. 144). Zumbi conseguiu fugir, mas “em 20 de novembro de 1695, foi capturado e condenado à morte, tendo a sua cabeça decapitada e exposta em público” (MATTOS, 2007, p. 144).

A luta de Zumbi e dos milhares de quilombolas serviu de grande incentivo para as revoltas que surgiram nos séculos seguintes. A cada década que se passava, os escravos tinham a noção de politização da pauta da abolição.

A maior parte das revoltas era planejada com antecedência e organizada por líderes respeitados no interior do grupo de escravos. E mesmo que fossem reprimidos e não alcançassem o objetivo principal, de certa forma, cumpriam um outro papel, o de promover um clima de tensão que ajudaria na negociações cotidianas entre senhores e escravos (MATTOS, 2007, p. 131).

Foram várias as formas de resistência utilizadas pelos escravos durante o período escravista. Eles tiveram a ajuda de José Carlos do Patrocínio, mais conhecido como José do Patrocínio. Nascido em 1854, foi jornalista e um dos grandes apoiadores e incentivadores do movimento abolicionista.

Escrevendo e falando “com o coração nos lábios”, Patrocínio incendiou a opinião pública progressista do país, desmoralizou o conluio entre a elite política e os grandes proprietários e legitimou a insubordinação e a fuga dos escravos. Deu alma à campanha abolicionista, que, aos poucos, foi ganhando apoios por toda parte – na classe média urbana, na intelectualidade, na juventude, na oficialidade do Exército, em setores religiosos – e transformou-se no maior movimento popular que o país conheceu até aquela época (MARTINS, 2005, p 122).

José do Patrocínio entendeu o momento político do Brasil e usou isso em favor do movimento abolicionista. Buscou o apoio da princesa Isabel, que pouco a pouco começou a apoiar o movimento. Como afirma Martins (2005, p. 129), “a regente dera um passo decisivo: deixara de confrontar-se com o movimento abolicionista e, na prática, somara-se a ele”. Foi

através da luta de Patrocínio, dos milhares de escravos e apoiadores do movimento abolicionista, que a então regente, princesa Isabel, assinou a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, abolindo de vez a escravidão.

A história da escravidão no Brasil foi marcada por violência extrema, ações desumanas e muito preconceito. A escravidão ainda não pôde ser reparada porque seus desdobramentos respingam e são sentidos até hoje.

3. Identidade e (in)visibilidade

Ao falar sobre identidade étnico-racial do negro, não podemos separá-la do processo histórico. O negro teve seus costumes, religião, educação e cultura negados, tendo que aceitar os ensinamentos dos colonizadores, todo esse processo de desapropriação resultou em identidades fragmentadas. Stuart Hall (2000), define a identidade como:

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” [...] sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos (HALL, 2000, p. 112).

Neste contexto, a identidade negra é construída a partir do contato com o outro, das experiências vividas, dos ensinamentos adquiridos. Como afirma Hall (2006, p.11), “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esse mundo oferecem”.

Gomes (2002) também fala sobre a identidade negra:

Como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade (GOMES, 2002, p. 39).

Em meio a isso, percebemos os diversos contextos em que a identidade negra é construída. É necessário que as pessoas negras tenham exemplos e inspirações de inserção na sociedade, para que possam assumir a sua identidade e ter orgulho da sua história. De acordo com (MUNANGA, 1988, p. 44), a “identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, (*sic*) cabeça erguida: sou negro”.

A identidade negra está diretamente ligada à educação e representatividade. Ambas podem ser auxiliadoras (ou não) quando se trata da construção de identidade. Sobre isso Munanga (1988) afirma:

É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história [...] Ora, a maior parte das crianças está nas ruas. E aquela que tem a oportunidade de ser acolhida não se salva: a memória que lhe inculcam não é a de seu povo; a história que lhe ensinam é outra; os ancestrais africanos são substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis; os livros estudados lhe falam de um mundo totalmente estranho, da neve e do inverno que nunca viu, da história e da geografia das metrópoles; o mestre e a escola representam um universo muito diferente daquele que sempre a circundou (MUNANGA. 1988, p. 23).

O racismo é um dos principais males da atualidade, ele afeta a construção da identidade e do orgulho negro, e também favorece a invisibilidade negra. Tornando o outro invisível, apaga-se qualquer estímulo, representação ou orgulho que este possa vir a ter e oferecer. Normalizar a invisibilidade do negro é influenciar para a não aceitação do mesmo, para que ele não seja visto nem ouvido em diferentes campos de trabalho ou de poder. É necessário que haja maneiras para que isso seja revertido, como afirma Silva (2007):

É preciso que haja visibilidade, e que tenhamos esta visibilidade, não pura e simplesmente com a criação de leis, que são necessárias e que devem ser efetivamente cumpridas, mas pela criação de mecanismos através dos quais o negro garanta a sua presença na universidade, a sua presença no meio de comunicação, a sua presença física também, e cultural, a sua expressão, a sua imagem (SILVA, 2007, p. 22).

4. Jornalismo e Jornal Nacional

De quando nascemos até a nossa morte, a comunicação está presente em todas as relações do dia a dia. Por meio dela nos relacionamos com as pessoas e com o mundo. Bordenave (1982, p. 36) afirma que “sem a comunicação cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo. Pela comunicação, as pessoas compartilham experiências, ideias e sentimentos. Ao se relacionarem como seres interdependentes, influenciam-se mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas”.

Sobre isso, Bordenave (1982, p. 92) diz: “é próprio da comunicação contribuir para a modificação dos significados que as pessoas atribuem às coisas. E, através da modificação de significados, a comunicação colabora na transformação das crenças, dos valores e dos comportamentos”. Vários dos atributos referentes à comunicação estão no jornalismo.

Rossi (1980), descreve o jornalismo da seguinte forma:

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extre-

mamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens (ROSSI, 1980, p. 7).

O jornalismo televisionado é um dos principais meios de comunicação da atualidade, mas, segundo Bourdieu (1997, p. 23), “a televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população”. Este papel da mídia televisiva descrito por Bourdieu, e tantas vezes questionado, ganha destaque em um telejornal reproduzido pela Rede Globo, o Jornal Nacional.

O Jornal Nacional foi o primeiro telejornal a ser transmitido em rede nacional. Silva e Boaventura (2018) destacam que “a proposta era fazer o telejornal em caráter nacional, semelhante aos que já existiam nos Estados Unidos”. Desde a sua primeira edição até os dias atuais, ele se consagrou como um dos telejornais mais assistidos do Brasil. O JN é tecido a partir de estratégias para que o telespectador sinta-se atraído, como afirma (HERNANDES *apud* SILVA; BOAVENTURA, 2018, p. 6): “Os apresentadores estão em plano próximo. Sons, cortes rápidos, entonação vibrante e logo voador (*sic*) fazem parte da estratégia de arrebatamento – de ordem sensível”.

O JN é transmitido de segunda-feira a sábado e seus apresentadores são William Bonner³ e Renata Vasconcellos⁴. Sua duração é de aproximadamente uma hora, e, às quartas-feiras, noite de jogos de futebol, costuma ficar no ar por 35min. Ele tem um caráter mais sério do que os telejornais da manhã e da tarde, trazendo principalmente matérias relacionadas a economia, política e internacional. O Jornal Nacional é um demonstrativo do jornalismo televisivo brasileiro, e da influência que ele exerce na sociedade. Ele produziu um conceito de jornalismo com um padrão definido, geralmente seguido por telejornais de outras emissoras.

Após 131 anos de abolição da escravatura no Brasil, percebemos que a história do negro continua sendo de luta e resistência. Seja no mundo dos negócios, das artes ou da TV, os negros buscam – com maior dificuldade que os brancos – ganhar espaço, visibilidade e se sentir representados nesses meios.

O Brasil sempre procurou sustentar a imagem de um país cordial, caracterizado pela presença de um povo pacífico, sem preconceito de raça e religião. Durante anos alimentamos a idéia de que vivíamos uma verdadeira democracia racial, apesar das vi-

³ Apresentador e editor-chefe do Jornal Nacional, William Bonner, assumiu a bancada do telejornal em 1996. Nasceu em São Paulo no dia 16 de novembro de 1963. MEMÓRIA GLOBO, disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/william-bonner/trajetoria.htm>>

⁴ Apresentadora e editora executiva do Jornal Nacional, Renata Vasconcellos, assumiu a bancada do telejornal em novembro de 2014. Nasceu no Rio de Janeiro no dia 10 de junho de 1972. MEMÓRIA GLOBO, disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/renata-vasconcellos/trajetoria.htm>>

síveis desigualdades e limites de oportunidades oferecidas aos negros, mulatos, índios e ciganos. Sempre interessou ao homem branco a preservação do mito de que o Brasil é um paraíso racial, como forma de absorver as tensões sociais e mascarar os mecanismos de exploração e de subordinação do *outro*, do *diferente* (CARNEIRO, 2002, p. 5).

Valente (1987, p. 27) diz que “não existe; é irreal a igualdade de raças no Brasil [...]”. O objetivo do mito da democracia racial é esconder os conflitos raciais existentes e diminuir sua importância, passando uma ideia mais ‘bonitinha’ para a sociedade”. Essa falsa ideia de democracia racial seria passada principalmente pelos meios de comunicação, mais precisamente pelo telejornalismo brasileiro. Dentre os meios de comunicação, a mídia televisiva é hoje um dos maiores transmissores de conteúdo e informação, considerando que seu alcance é maior do que o da internet. É, portanto, uma importante produtora de sentido.

O brasileiro se acostumou a ver o negro em posições de subalternidade. Isso é perceptível desde a abolição, pois pouco foi feito para que o negro fosse realmente integrado na sociedade. Desde que se tornou livre, “o negro se viu forçado a desenvolver atividades de pouco ou nenhum prestígio social, que reforçavam sua imagem negativa [...] passaram a viver uma nova situação: desemprego, o subemprego e a marginalidade” (VALENTE, 1987, p. 22). Essa condição vem se estendendo durante os séculos e sendo imposta todos os dias pela classe dominante. Lopes (2008, p. 209) diz que “a classe dominante brasileira herdou de seus antepassados esse tipo de pensamento, colocando na cabeça da grande maioria dos negros brasileiros um complexo de inferioridade”.

Carneiro (2002, p. 15) afirma que “o ‘mundo da senzala’ sempre esteve distante do ‘mundo da casa-grande’”. É o que acontece com o Brasil atual, no qual a elite branca impõe onde o negro pode e deve estar, seja nas universidades, nas novelas, nas empresas ou nos telejornais.

Há negros que introduziram isso, que alienaram sua humanidade, que acham que são mesmo inferiores e o branco tem todo o direito de ocupar os postos de comando. Como também tem os brancos que introjetaram isso e acham mesmo que são superiores por natureza. Mas para você lutar contra essa ideia não bastam as leis, que são repressivas, só vão punir. Tem que educar também. A educação é um instrumento muito importante de mudança de mentalidade e o brasileiro foi educado para não assumir seus preconceitos. O Florestan Fernandes dizia que um dos problemas dos brasileiros é o “preconceito de ter preconceito”. O brasileiro nunca vai aceitar que é preconceituoso. Foi educado para não aceitar isso. Como se diz, na casa de enforcado não se fala de corda (MUNANGA, 2012).

A educação é uma das formas mais importantes e significativas de mudança. Munanga (2012) afirma:

É por isso que a educação, a introdução da história dele no Brasil, faz parte desse processo de construção do orgulho negro. Ele tem que saber que foi trazido e aqui contribuiu com o seu trabalho, trabalho escravizado, para construir as bases da economia colonial brasileira [...] São essas coisas que devem ser ensinadas. Isso faz parte do patrimônio histórico de todos os brasileiros. O branco e o negro têm que conhecer essa história porque é aí que vão poder respeitar os outros (MUNANGA, 2012).

Segundo Munanga (2012), há uma explicação para que as pessoas apregoem essa ideia, porque o racismo no Brasil é velado e sutil, isso faz com que essa discussão seja apaziguada e muitas vezes oculta. Sobre racismo, Carneiro (2002, p. 62) diz que: “a característica essencial das teorias racistas é pressupor a existência de uma raça *superior* e outra *inferior*, baseada em falsos argumentos”.

Ajzenberg (2007, p. 32) afirma que “a mídia reflete o que é a sociedade brasileira, ou seja, a mídia é também racista”. A mídia como propagadora de informação e de representatividade é claramente falha no seu papel. As pessoas que estão nas favelas, nos subúrbios ou nas ruas não encontram a identificação desejada porque praticamente não aparecem na mídia de forma positiva, como fontes de informação. O que é reproduzido na mídia interfere na forma com que essas pessoas se veem e enxergam o mundo a sua volta. Oliveira explica:

A imprensa no Brasil está longe de ser neutra e olhar com imparcialidade a sociedade brasileira. Nós certamente sabemos disso e dizemos nos corredores o tempo todo que a imprensa e a mídia no Brasil estão a serviço, no mínimo, dos interesses de determinada classes e grupos econômicos. Mas, certamente, é espantosa a maneira como os órgãos de imprensa a princípio não enxergam um amplo setor, um grande grupo, uma parcela importante da população brasileira e, quando o fazem, fazem de maneira estereotipada (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

No JN, aparece a jornalista Maria Júlia Coutinho ocupando o espaço da tradicional “garota do tempo”. O emprego de uma jornalista negra pode ter como objetivo uma compensação pelas recorrentes ausências existentes no telejornal. Com isso, é passada a impressão de que sim, existem negros nos telejornais e de que a política da emissora não é racista. Nas matérias, nas entrevistas, e no *staff* de repórteres, onde está o negro? Ramos (2007, p. 8) afirma que “tanto quanto na sociedade, ou até mais intensamente, prevalecem nos meios de comunicação – ainda que combinados a outros mecanismos – os dispositivos da denegação, do recalque, do silêncio e da invisibilidade”.

Segundo a jornalista Míriam Leitão (2007, p. 44), “não existe uma cobertura diária sobre o fato de que 84 milhões de brasileiros são tratados de forma inferior, têm os piores

empregos e os piores salários, são barrados ao longo da vida inteira por barreiras fortes, poderosas e invisíveis a olho nu”. Segundo Ajzenberg (2007):

A sociedade tem um papel decisivo no sentido de exercer essa pressão e cobrança em relação aos meios de comunicação. Porque não adianta achar que a mudança partirá dos meios de comunicação bonzinhos, qualquer que seja a sua intenção: mesmo que a mídia não seja necessariamente má, mesmo que ela seja positiva, não adianta ficar aguardando que uma mudança em relação ao racismo caia do céu, de boa vontade ou mesmo dos interesses econômicos que possam estar por trás de uma mudança desse tipo (AJZENBERG, 2007, p. 33).

A invisibilidade que cerca os negros na grande mídia confirma, naturaliza e incentiva de algum modo a discriminação.

5. Análise das edições do JN

Foram analisadas 25 edições do JN, transmitido pela Rede Globo, entre os dias 01/06/2019 e 29/06/2019, ou seja, analisamos o período de um mês do telejornal. Para essa pesquisa foram considerados todos os jornalistas, os entrevistados – entre especialistas e outros – e os apresentadores. Nas 25 edições, foi registrada a presença de 110 jornalistas, 695 entrevistados e 10 apresentadores. Foram excluídos desta soma as aparições repetidas dos jornalistas.

Dos 110 jornalistas que apareceram na tela do JN no período, nove eram negros. Neste grupo, está incluída a jornalista Maria Júlia Coutinho que apareceu em 17 das 25 edições analisadas. A partir desses números, pudemos observar a desigualdade que tange o JN, o mais assistido em TV aberta no Brasil. Portanto, no mês analisado, apenas 8,19% dos seus jornalistas eram negros, enquanto 91,81% eram brancos.

Em relação aos entrevistados, apenas 117, de uma população de 695, eram negros. Consideramos como entrevistados todos aqueles que apareceram e falaram no JN. Com isso, podemos perceber que apenas 16,84% das fontes eram pessoas negras, enquanto 83,16% eram brancas. A profissão e/ou ocupação dos que apareceram no JN como entrevistados é um demonstrativo da participação do negro no JN (Ver Tabela 1).

Tabela 1: Ocupação e profissão dos entrevistados negros no JN em junho/2019

Profissões	Nº de aparições
Diretor de teatro	1
Agente de Saúde	1
Piloto de Fórmula 1	1
Técnico de Futebol	1
Hematologista	1
Motorista de van	1
Professores	2
Advogados (as)	2
Comentarista esportivo	2
Juízes / Promotores	3
Senadores / Deputados	6
Jogadores (as)	31
Fontes sem profissão divulgada	65
Total	117

Fonte: Dados coletados pelas autoras

No mês analisado, a população negra quase não foi considerada como opção de fonte para o JN. O baixo índice de representação dos negros deixa claro para a sociedade que essa parcela da população não teve espaço equivalente aos considerados brancos.

Dos dez apresentadores que passaram pela bancada do JN no período, apenas um, Heraldo Pereira, é negro. Esse dado reforça a problematização de que a mídia, em especial o telejornal da emissora líder de audiência, não equilibra esta relação na apresentação entre os chamados brancos e os negros. Logo, fica evidente o que a própria jornalista Míriam Leitão, que trabalha na emissora, diz: “sim, a mídia é racista, porque o país é racista. A mídia sempre reflete o país. E nós optamos pela pior forma de racismo, o da invisibilidade. É como o país tem vivido desde o fim da escravidão: nós decidimos não ver o problema” (LEITÃO, 2007, p. 42).

A desigualdade de oportunidades apresentada pelo JN não condiz com a convicção de que o negro aparece e tem visibilidade. Quando nega-se o direito igualitário aos negros, quando ele não é visto e nem ouvido, corrobora-se com a discriminação, o racismo e o preconceito. Quando os negros não são mostrados como jornalistas, fontes ou especialistas, tira-se o imaginário das crianças pobres e negras de que elas sejam parte do que é visualizado na TV, contribuindo para a ideia de que, se você não é branco, ali não é o seu lugar. A invisibilidade do negro no telejornalismo da Rede Globo é real e isso pode levar pessoas a descreditarem que existe um mundo diferente daquele de 131 anos atrás. A televisão é vista como uma produtora de sentido, então é preciso que se compreenda e se redefina sobre o que é exibido a partir dos dados que se tem sobre quem aparece nela.

Considerações finais

Após a análise dos dados, concluímos que a aparição do negro no JN, que este ano comemora 50 anos de existência, não é significativa a ponto de apresentar uma significação relevante de representatividade. Levamos em consideração a baixa porcentagem de jornalistas, fontes e apresentadores negros em contraste com a presença maciça de pessoas consideradas não negras. Concluímos que a falta de representatividade e a invisibilidade da população negra afetam diretamente a vida dos milhares de brasileiros que não se veem na imagem da grande mídia. Essa invisibilidade do negro ratifica a realidade do racismo velado praticado pela sociedade e compactuado pelos meios de comunicação.

A discussão sobre a questão necessita ser intensificada já que a situação pode ser facilmente comprovada. É preciso que se fale do racismo, da discriminação, da invisibilidade, da pouca falta de representação, dos salários baixos, do preconceito em relação às religiões de matriz africana.

A inclusão dos negros passa necessariamente pelo papel das mídias, e especificamente pelo jornalismo. Carneiro (2002) fala que os negros saíram dos porões dos navios negreiros e passaram para os porões da sociedade. É de extrema importância não deixar que essa reflexão continue sendo uma realidade na sociedade.

A invisibilidade do negro nas grandes mídias e meios de comunicação é uma questão que ultrapassa a tela da TV e é exposta à sociedade, sem o entendimento sobre o real motivo nem sobre as consequências dessa condição. Esperamos que a nossa pesquisa ajude a ampliar

o conhecimento sobre o que é ser negro em um país com discriminação. E que seja possível que outros estudos sejam feitos para se discutir o tema. É necessário que a aparição do negro se torne mais frequente nos telejornais, para que a população negra não tenha como modelo de representação a predominância de pessoas brancas.

Referências

AJZENBERG, Bernardo. **A imprensa e o racismo**. In: RAMOS, Silvia. (org.). Mídia e racismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2007, p. 30 a 35.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 1ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil: mito e realidade**. 8ª ed. – São Paulo: Ática, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296/1392>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 11ª. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Quem precisa da identidade?**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KANTAR, Ibope Media. **Dados da audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 08/10 a 14/10**. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-0810-a-1410/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

LEITÃO, Míriam. **A imprensa e o racismo**. In: RAMOS, Silvia. (org.). Mídia e racismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2007, p. 42 a 50.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica: 2008.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Nosso racismo é um crime perfeito**. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

OLIVEIRA, Eduardo H. P. de. **A imprensa e o racismo.** In: RAMOS, Silvia. (org). *Mídia e racismo.* Rio de Janeiro: Pallas, 2007, p. 36 a 41.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil.** 17ª ed. – São Paulo: Contexto, 2000.

Revista Retratos. **IBGE mostra as cores da desigualdade.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>> Acesso em: 16 de julho de 2019.

RAMOS, Silvia (org). **Mídia a racismo.** Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, Benedita da. **Invisibilidade como instrumento de exclusão.** In: RAMOS, Silvia. (org). *Mídia e racismo.* Rio de Janeiro: Pallas, 2007, p. 22 a 25.

SILVA, Kimberly; BOAVENTURA, Luís. **Quão nacional é o jornal nacional? Uma análise sobre o primeiro telejornal em rede nacional do Brasil.** In: Intercom, XX, 2018. Juazeiro – BA. Anais. Edição Digital: 2018.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje.** 8ª ed. – São Paulo: Moderna, 1987.